

# OS CONECTORES COMO SINALIZADORES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-INTERACIONISTA

Janice Helena Chaves Marinho<sup>1</sup>  
Gustavo Ximenes Cunha<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, apresentamos uma abordagem para o estudo dos conectores que os concebe como marcas cuja função é explicitar o trabalho do locutor em produzir um texto que seja aceito pelo interlocutor como satisfatório ou adequado para o desenvolvimento do processo de negociação. Defendemos que os conectores atuam principalmente na sinalização das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação ou de gerir o processo de negociação. Verificamos o alcance e a aplicabilidade de nossa proposta com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião.

**Palavras-chave:** Conectores. Processo de negociação. Artigo de opinião.

**Abstract:** In this paper, we present an approach to the study of connectors that conceives them as markers whose function is to clarify the speaker's efforts to produce a text that can be accepted by the interlocutor as satisfactory or appropriate for the development of the discursive negotiation process. In questioning postulates taken by the Geneva Model of Discourse Analysis, we propose that connectors play a role mainly at signaling the discourse producer's choices regarding the manner he considers more appropriate to negotiate with the other the development of the interaction or to manage the negotiation process. We verify the scope and applicability of our proposal by studying an example of an opinion text.

**Keywords:** Connectors. Discursive negotiation process. Opinion text.

## Introdução

Neste trabalho, desenvolvemos um estudo dos conectores concebendo-os como itens linguísticos cuja função é sinalizar manobras discursivas realizadas por interactantes, ao participarem de uma situação de comunicação. Na perspectiva aqui adotada, os conectores se constituem em sinalizadores da gestão do processo de negociação que subjaz a toda produção textual.

No diálogo face a face, uma pergunta feita por um dos interactantes constitui o elemento necessário para que o ouvinte reaja, produzindo uma resposta. Essa reação, por sua

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, janicehelena.chaves@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, Minas Gerais, Brasil, ximenescunha@yahoo.com.br.

vez, permite ao outro agradecer essa resposta, apresentar uma objeção ou pedir um esclarecimento, revelando sua gratidão, seu desacordo ou sua incompreensão. O mesmo processo de negociação discursiva também ocorre por meio dos textos escritos. Em ambiente de trabalho, uma pergunta do chefe enviada por e-mail a um funcionário leva-o a reagir, enviando a resposta em outro e-mail. Da mesma forma, uma reportagem veiculada em um jornal pode motivar a produção de cartas de leitores.

No desenvolvimento do processo de negociação entre os interactantes, os textos produzidos raramente são simples, sendo uma exceção aqueles formados por um só enunciado. Afinal, na interação, somos levados a realizar diferentes manobras discursivas, ou porque desejamos ser suficientemente claros ou porque queremos modificar o conjunto de crenças e saberes do nosso interlocutor, por exemplo. São manobras complexas realizadas com o fim de indicar para o outro nosso desejo de produzir um texto adequado para o processo de negociação instaurado.

Por se tratar de manobras discursivas, a sua realização deixa traços ou marcas linguísticas, das quais fazem parte os conectores. É, então, nessa perspectiva que pretendemos explorar a função dos conectores no discurso. Defendemos que eles devem ser entendidos como sinais empregados pelo locutor para explicitar seu esforço em produzir um texto que seja aceito pelo interlocutor como satisfatório ou adequado para o desenvolvimento do processo de negociação. Compreendemos os conectores, assim, numa perspectiva interacionista e, portanto, diversa daquela de abordagens para as quais o interesse pelos conectores está, sobretudo, no fato de apresentarem um conteúdo instrucional ou procedural/procedimental.

Para desenvolver nossa hipótese, apresentamos, inicialmente, o modelo teórico que fornecerá as bases de nossa proposta, o Modelo de Análise Modular do Discurso. Feita essa apresentação, expomos ressalvas relativas à forma como essa abordagem concebe e estuda os conectores. Embora as bases epistemológicas do modelo modular sejam cognitivo-interacionistas, o modelo os considera de um ponto de vista basicamente instrucional ou procedural, ponto de vista que, a nosso ver, pode ser reformulado.

Visando ultrapassar essa perspectiva instrucional e, ao mesmo tempo, contribuir para um estudo mais adequado dos conectores no modelo modular, apresentamos, em seguida, uma maneira alternativa de entender os conectores no quadro do próprio modelo. Em nossa proposta, os conectores atuam, como defende o modelo modular, na marcação da relação de discurso e na indicação do estatuto (principal ou subordinado) do constituinte textual que introduz, mas atuam ainda e principalmente na sinalização das escolhas do produtor do

discurso quanto à maneira por ele considerada mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação ou de gerir o processo de negociação.

Por fim, verificamos o alcance e a aplicabilidade de nossa proposta com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião.

### **O estudo dos conectores no Modelo de Análise Modular do Discurso**

No Modelo de Análise Modular do Discurso<sup>3</sup>, as relações discursivas e sua eventual marcação por conectores são estudadas na forma de organização relacional. A base do estudo dessa forma de organização são as informações do módulo hierárquico, que trata do processo de negociação e da estrutura hierárquica do texto. Por isso, vamos nos deter na apresentação desse módulo, antes de explicarmos como as informações resultantes de seu estudo se combinam com as dos módulos lexical e referencial, no estudo da forma de organização relacional.

No módulo hierárquico, considera-se que “toda intervenção linguageira (cumprimento, pedido, asserção etc.) constitui uma PROPOSIÇÃO, que desencadeia um processo de negociação entre os interactantes” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57). Assim, um diálogo formado por uma pergunta (Que horas são?), por uma resposta (São nove horas.) e por um agradecimento (Obrigado.) evidencia um processo de negociação em que uma proposição (a pergunta) desencadeia uma reação (a resposta), que motiva uma ratificação (o agradecimento).

O desenvolvimento e o encerramento desse processo de negociação se ligam a dois tipos de restrições: a de completude dialógica e a de completude monológica.

A primeira restrição, a de completude dialógica, diz respeito ao alcance do duplo acordo. Conforme Roulet (ROULET *et al*, 1985, p. 15), “toda negociação tem sua origem em um problema que dá lugar a uma *iniciativa* do locutor; essa iniciativa pede uma *reação*, que pode ser favorável ou desfavorável, do interlocutor. Se ela é favorável, o locutor pode encerrar a negociação, exprimindo, por sua vez, seu *acordo*”. Com esse acordo, os

---

<sup>3</sup> O Modelo de Análise Modular do Discurso é uma abordagem para o estudo da complexidade do discurso como um todo e não apenas para o estudo da articulação textual. Assim, em linhas bastante gerais, para esse modelo, o discurso resulta da inter-relação de informações provenientes de três dimensões: linguística, textual e situacional. Cada dimensão compreende módulos responsáveis pela descrição de subdomínios do discurso. Assim, a dimensão situacional abarca os módulos referencial e interacional, a dimensão textual, o módulo hierárquico, e a dimensão linguística, os módulos sintático e lexical. Na produção e na compreensão do discurso, as informações modulares se combinam em formas de organização, tais como a relacional, a sequencial, a enunciativa e a operacional. Para uma compreensão aprofundada do modelo, ver Roulet, Fillietaz e Grobet (2001), Marinho (2004) e Cunha (2014).

interactantes concordam com o encerramento do processo de negociação. Assim, essa restrição “estipula que uma negociação só pode acabar se os interactantes manifestam reciprocamente um acordo recaindo sobre seu encerramento (restrição do ‘duplo acordo’)” (FILLIETTAZ, 2004, p. 82).

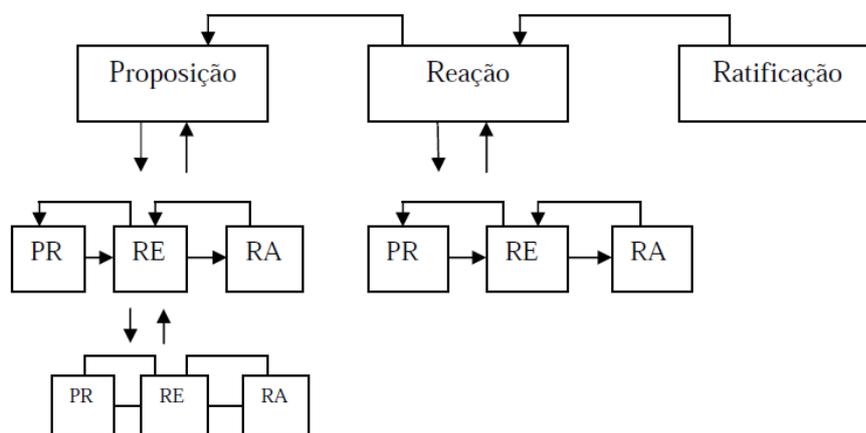
Porém, a reação do interlocutor pode ser desfavorável, se este, por exemplo, considera a intervenção inicial do locutor pouco clara ou inadequada para o desenvolvimento do processo de negociação. Nesse caso, a negociação não pode ser encerrada pelo locutor, já que a completude dialógica não foi alcançada. Verifica-se, então, que o processo de negociação não deve satisfazer apenas a restrição de completude dialógica. Para que a negociação possa se desenvolver, os interlocutores devem satisfazer ainda outra restrição, a de completude monológica.

Essa restrição diz respeito à necessidade de que cada fase do processo de negociação – proposição, reação ou ratificação – seja elaborada de modo suficientemente claro e completo, para que seja possível o desenvolvimento da negociação. Conforme Filliettaz (2004, p. 83), essa restrição “estipula que toda intervenção deve ser avaliada como satisfazendo os planos comunicativo e ritual, a fim de contribuir de modo eficaz para o processo de negociação”.

Mas vale destacar que o julgamento sobre a completude de uma intervenção não é feito pelo próprio locutor ou com base nas propriedades informacionais e estruturais da intervenção, de forma descontextualizada. Como aponta Roulet (ROULET *et al*, 1985, p. 17), a completude monológica “pode ser definida somente em relação ao interlocutor em uma situação de comunicação dada”. Para ele, o contexto e o cotexto ajudam o locutor a construir uma intervenção que, do seu ponto de vista, seja completa para o desenvolvimento do processo de negociação. Mas cabe ao interlocutor avaliar, julgar se essa intervenção, de fato, lhe permite produzir uma reação. “Somente este [o interlocutor] pode julgar, em último caso, se a intervenção do locutor lhe fornece todos os elementos necessários para que ele possa tomar posição, exprimir seu acordo ou seu desacordo” (ROULET *et al*, 1985, p. 17).

Assim, a busca por alcançar a completude monológica pode fazer com que as negociações entre os interactantes apresentem configurações bastante complexas, já que uma proposição considerada pouco clara, por exemplo, pode propiciar negociações secundárias, motivadas pela necessidade de esclarecimentos. Da mesma forma, as hipóteses do locutor sobre a quantidade de conhecimentos partilhada com o interlocutor podem fazer com que ele produza uma intervenção repleta de informações e estruturalmente complexa, para que o outro não sinta necessidade de esclarecimentos e inicie negociações secundárias.

O processo de negociação é representado por meio do seguinte esquema:



**Figura 1:** Representação do processo de negociação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57)

No módulo hierárquico, a representação desse processo de negociação é feita por meio das estruturas hierárquicas. Essas estruturas são formadas pelos três tipos de constituintes que os interactantes produzem em toda interação verbal: trocas, intervenções e atos.

- Troca: unidade textual máxima, que é formada por intervenções que refletem as várias proposições, reações e ratificações de uma negociação.
- Intervenção: unidade constitutiva da troca, que pode ser formada por apenas um ato, mas que costuma apresentar uma configuração complexa, da qual participam outras intervenções, atos e até mesmo trocas.
- Ato: unidade textual mínima, que constitui a menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva<sup>4</sup>.

Com a estrutura hierárquica, é possível a descrição das hierarquias e das relações existentes entre os constituintes do texto. Essas relações são de três tipos: *dependência* (a presença de um constituinte textual está ligada à presença do outro), *interdependência* (um constituinte não pode existir sem o outro, como ocorre, por exemplo, em uma troca formada por pergunta e resposta) e *independência* (a presença de um constituinte não está ligada à presença de outro).

Como dissemos, o estudo do modo como os constituintes textuais se estruturam hierarquicamente é a base da forma de organização relacional. Nessa forma de organização, as informações do módulo hierárquico são combinadas com informações do módulo lexical, que

<sup>4</sup> A memória discursiva diz respeito ao “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONER, 1983, p. 230).

esclarece os sentidos procedurais dos conectores, e do módulo referencial, que trata dos conhecimentos de mundo dos interactantes e contribui para a interpretação das relações não marcadas.

Um dos objetivos do estudo dessa forma de organização é identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva<sup>5</sup>. A identificação dessas relações se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal. As relações ilocucionárias são as que ocorrem entre as informações no nível da troca, enquanto as interativas são as que ocorrem entre informações no nível da intervenção.

As relações ilocucionárias caracterizam as intervenções que constituem as trocas. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas, dependendo do lugar em que ocorre a intervenção na estrutura hierárquica. Distinguem-se três categorias genéricas de relações ilocucionárias iniciativas (interrogação, pedido e informação) e duas categorias genéricas de relações ilocucionárias reativas (resposta e ratificação). Já as relações interativas podem ser de argumento, contra-argumento, reformulação, comentário, topicalização, sucessão, preparação e clarificação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Para o modelo modular, essas categorias de relações são genéricas, na medida em que abarcam um conjunto de relações específicas. O modelo propõe que se possa utilizar, por exemplo, a noção de argumento para recobrir as relações denominadas de causa, explicação, justificação, consequência, finalidade, implicação, etc. Já a noção de contra-argumento recobriria as relações de contraste, oposição, concessão, etc.

A descrição da organização relacional de um texto permite a confecção da estrutura hierárquico-relacional, útil para a elucidação de sua interpretação e obtenção de seu perfil relacional, onde se evidenciam as relações textuais genéricas dominantes no interior de sua organização.

Na organização relacional, os conectores exercem papel de destaque. O modelo considera que os conectores empregados em um texto são elementos importantes, por explicitarem a relação interativa entre um constituinte do texto e uma informação previamente estocada na memória discursiva. Assim, as instruções fornecidas pelo conector auxiliam o analista a interpretar a

---

<sup>5</sup> A forma de organização relacional tem também como finalidade determinar a relação específica entre um constituinte em particular e uma informação da memória discursiva, por meio de um cálculo inferencial, que evidencia os processos cognitivos desencadeados pela atuação dos conectores. Neste trabalho, tendo em vista nossos objetivos, não vamos nos ocupar dessa determinação. Para uma descrição desse estudo, ver Marinho (2002) e Cunha (2012).

relação de discurso. Caso esse elemento esteja ausente, o analista vai lançar mão do instrumento heurístico que consiste na inserção de um conector no trecho estudado, para, assim, interpretar a relação (ROULET, 2003).

Os conectores também são importantes por oferecerem indicações quanto à hierarquia dos constituintes por eles articulados. Como postula o modelo modular, os conectores que explicitam uma relação argumentativa do tipo causal ou explicativa ou de justificativa introduzem constituintes subordinados. Os que expressam uma relação argumentativa do tipo conclusiva ou consecutiva introduzem constituintes principais. Os conectores contra-argumentativos do tipo *mas* introduzem um constituinte principal, e os do tipo *embora*, um constituinte subordinado. Os conectores reformulativos introduzem sempre constituintes principais, e os de topicalização, constituintes subordinados.

Para certas relações, como as de comentário e preparação, não existiriam marcadores específicos. Nesse caso, considera-se que uma relação interativa é de preparação quando o constituinte subordinado preceder o principal, e de comentário quando o constituinte subordinado suceder o principal<sup>6</sup>.

Como se pode notar, o modelo modular estuda os conectores com o fim de descrever o seu funcionamento na marcação da estrutura do texto, bem como os processos cognitivos que desencadeiam.

Esse modo de estudar os conectores nos parece restringir seu papel no funcionamento do discurso, dizendo pouco sobre o modo como os interlocutores deles se valem para participar do processo de negociação. Afinal, para o modelo, os conectores são, sobretudo, marcas que carregam instruções de processamento que permitem ao ouvinte/leitor especificar a relação de discurso entre informações do texto ou instruções para a compreensão da função e do estatuto (principal ou subordinado) de um segmento linguístico (ROULET, 2003, 2006). Em outros termos, os conectores, no modelo, são “marcas que servem para especificar uma relação interativa *via* mecanismos inferenciais, dando indicações ainda sobre o estatuto principal ou subordinado do constituinte que introduz” (CUNHA, 2013, p. 249).

Crítica semelhante é feita por Rossari (2001, p. 67-68), para quem, no modelo, os conectores são “marcas cuja significação é instrucional” ou “ferramentas para caracterizar as relações de discurso”. Em consequência, isso faz com que o conector seja entendido como um elemento capaz de especificar a função de um constituinte textual, quase que independentemente das informações veiculadas por esse constituinte, o que para a autora é inadequado.

---

<sup>6</sup> Marinho (2002, p. 183) propõe que o conector relativo, que retoma uma informação X dada, explícita ou implicitamente, em contexto anterior, seja considerado um marcador da relação de comentário.

Assim, independentemente do texto em que ocorre e das informações que articula, o conector *mas* introduziria sempre um constituinte principal que funcionaria como uma contra-argumento para uma informação previamente estocada na memória discursiva. Nesse sentido, esse conector seria apenas um item que carrega instruções de natureza procedural sobre a forma como articular as informações, bem como indicações sobre o estatuto principal do constituinte que introduz.

Esse modo de considerar o papel dos conectores nos parece problemático por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, conceber os conectores como simples marcas procedurais significa tratar a compreensão de um texto como mero processamento de informações, concepção que vai contra a própria orientação dialógica e interacionista do modelo modular (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) e que pode conduzir a uma análise mecanicista dos conectores utilizados em uma dada produção discursiva.

Em segundo lugar e em decorrência do primeiro motivo, esse modo de entender os conectores não permite compreender o papel que exercem no processo de negociação entre os interlocutores. Afinal, mais do que simples marcas procedurais, os conectores revelam ou explicitam as manobras que realizamos para que o outro nos compreenda e possa reagir, na expectativa de que não sejam necessárias negociações secundárias com função de esclarecimento. Ou seja, a escolha e o emprego dos conectores numa determinada produção discursiva se devem ao outro, à imagem que dele construímos, aos percursos interpretativos que queremos que ele realize, enfim, ao processo de negociação que com ele travamos (CUNHA, 2010).

Por esses motivos, consideramos que a concepção de conector adotada no modelo, reduzida ao estudo da forma de organização relacional, poderia ser reconsiderada. No próximo item, apresentamos uma concepção alternativa, cujo fim é superar, no quadro do próprio modelo modular, os problemas discutidos.

### **O papel dos conectores na gestão do processo de negociação**

Como exposto no item anterior, o processo de negociação que se estabelece entre os interlocutores é representado, no modelo modular, pela estrutura hierárquica. Assim, uma troca espelha o processo por meio do qual os interactantes iniciam proposições, reagem a elas e as ratificam, buscando alcançar o duplo acordo e finalizar a interação (completude dialógica). Da mesma forma, cada etapa desse processo precisa ser formada por uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa para o desenvolvimento da interação (completude monológica). Caso o outro avalie que a

intervenção não é suficientemente adequada, porque, por exemplo, faltam informações, trocas secundárias com função de esclarecimento são abertas para que a completude monológica seja alcançada e o processo de negociação possa avançar (ROULET *et al*, 1985, FILLIETTAZ, 2004).

Neste trabalho, defendemos a hipótese de que os conectores desempenham papel de primeira importância na sinalização do processo de negociação que se instaura entre os interlocutores. Segundo essa hipótese, os conectores sinalizariam a forma como os interactantes escolheram fazer a gestão do desenvolvimento do processo de negociação, tendo em vista a situação de comunicação em que se encontram. Em outros termos, os conectores, ao marcarem a estrutura do texto, teriam um papel não apenas na explicitação da relação de discurso e na indicação do estatuto do constituinte textual que introduzem, mas principalmente na sinalização das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada a mais eficaz de gerir, de negociar com o outro, o desenvolvimento da interação.

Nessa perspectiva, os conectores são vistos não apenas como itens portadores de instruções procedurais capazes de especificar ou explicitar relações de discurso, mas também como elementos que funcionam como sinalizadores da gestão do processo de negociação, porque indicam as manobras discursivas que o produtor do discurso realiza para produzir uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa e adequada para a interação. Defendemos, então, que os conectores devem ainda ser concebidos como sinais da nossa tentativa de alcançar a completude monológica, de fazer com que a intervenção que produzimos seja avaliada como satisfatória para contribuir de modo eficaz com o processo de negociação, permitindo ao interlocutor reagir e se posicionar favorável ou desfavoravelmente.

A grande complexidade da maior parte das intervenções se deve à busca do produtor do discurso por satisfazer a restrição de completude monológica. Nessa busca, ele pode realizar diferentes manobras que correspondem às relações de discurso: argumentar, comentar, reformular, contra-argumentar, etc. (ROULET, 2003). Assim, se ele estabelece uma relação de argumento ou de comentário entre um constituinte textual e uma informação da memória discursiva, seu objetivo é o de construir uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa para o processo de negociação, isto é, que satisfaça a restrição de completude monológica. Afinal, o produtor do discurso apresenta argumentos para sustentar um ponto de vista ou comentários para avaliar uma ideia com o fim de produzir uma intervenção que permita ao interlocutor concordar com ele ou, ao menos, entender seu posicionamento, para, na sequência, reagir, expressando sua concordância ou sua discordância.

Um conector que marque a relação de argumento, como o *porque* ou o *portanto*, deve ser compreendido, então, como uma indicação explícita dada ao interlocutor de que o produtor do discurso busca satisfazer a restrição de completude monológica. Ele constitui um sinalizador de uma manobra discursiva (argumentar) realizada pelo produtor do discurso, manobra que este considera necessária para que o interlocutor possa reagir, sem a necessidade de negociações secundárias.

Para verificar o alcance e a aplicabilidade dessa hipótese, vamos analisar no próximo item o papel de conectores na gestão do processo de negociação que ocorre por meio do gênero artigo de opinião. Escolhemos um gênero monologal para ilustrar nossa proposta, a fim de deixar mais evidente o fato de que a noção de processo de negociação, tal como concebida pelo modelo modular, subjaz às produções discursivas de modo geral e não apenas às dialogais.

### **O papel dos conectores em um artigo de opinião**

Neste item, começamos por especificar as informações hierárquicas, referenciais e lexicais que, a nosso ver, precisam ser mobilizadas para a compreensão do papel dos conectores na gestão do processo de negociação que ocorre por meio de artigos de opinião. Em seguida, analisamos um trecho de um artigo.

Do ponto de vista hierárquico, as produções discursivas pertencentes ao gênero artigo de opinião não se configuram explicitamente como dialogais, não sendo representadas por meio de estruturas de trocas, porque não são produzidos por dois interactantes. Para o modelo modular, os discursos dessa natureza, isto é, os monologais, correspondem a uma das fases do processo de negociação entre autor e leitor. Dessa forma, a atividade linguageira que envolve a produção de um artigo de opinião é motivada por um fato (proposição) que desencadeia uma reação (artigo de opinião), que poderá conduzir a um acordo para o fechamento da negociação (ratificação). Defendemos, assim, a hipótese de que cada artigo de opinião corresponde a uma fase de reação do processo de negociação discursiva.

Participando desse processo de negociação com o leitor, o autor deve, então, produzir uma intervenção, o próprio artigo, que seja aceita ou avaliada pelo leitor como atendendo à restrição de completude monológica. Assim, essa intervenção deve ser considerada suficientemente completa, para permitir que o outro reaja, produzindo uma nova intervenção (carta ou e-mail) e contribuindo para o desenvolvimento do processo de negociação. Por isso, a estrutura hierárquica dos exemplares desse gênero costuma exibir bastante complexidade,

sendo formada por uma grande intervenção composta por várias outras intervenções, atos e até mesmo por trocas, naqueles artigos em que o articulista constrói diálogos no interior de seu texto.

Do ponto de vista referencial, a situação que se materializa por meio do artigo de opinião engaja dois agentes, autor e leitor, os quais assumem posições ou status sociais diferentes e assimétricos. Nessa interação, o autor assume o status de autoridade em dado assunto, de figura de prestígio no espaço social, cujo saber é endossado e validado pela instituição (política, jornalística, industrial, acadêmica) que representa. Já o leitor assume o status de cidadão geralmente integrante da classe média, que busca no autor a interpretação, a análise de um fato ocorrido no espaço social (RODRIGUES, 2005). Por esse motivo, o gênero artigo de opinião materializa uma relação dialógica entre alguém que está institucionalmente autorizado a emitir o seu ponto de vista, o autor, e alguém que, desprovido dessa chancela institucional, busca um conhecimento, uma análise supostamente mais esclarecida, o leitor.

Nessa interação, o universo temático é preenchido por fatos recentemente ocorridos na esfera social, os quais interferem na vida do cidadão de modo geral e colocam parcelas da população em posições divergentes e antagônicas. Em outros termos, o universo temático do gênero artigo de opinião é povoado por fatos atuais e polêmicos. Por essa razão, autor e leitor dialogam sobre um “já-dito” (RODRIGUES, 2005), sobre um fato que, após ter sido abordado pelo noticiário, mobilizou a atenção da opinião pública e agora pede que os veículos de comunicação apresentem as análises “esclarecidas” de especialistas da área em que o fato se deu.

Dada a natureza polêmica do fato a comentar, propiciando a manifestação de opiniões divergentes, mas igualmente esclarecidas em diferentes veículos, a relação assimétrica entre autor e leitor não garante a adesão deste às proposições defendidas no artigo. A incerteza quanto ao efeito alcançado junto ao leitor é a responsável pela dimensão argumentativa do artigo de opinião. Embora a credibilidade do autor esteja pressuposta e não precise ser construída por meio de sua performance discursiva, o autor não pode se limitar a simplesmente explicitar o seu ponto de vista. Mais do que isso, o autor precisa buscar modificar a visão de mundo do leitor, convencendo-o da consistência de suas opiniões, dado o diálogo implícito ou explícito que mantém com opiniões adversárias.

Do ponto de vista lexical, essa “disputa” pelo leitor faz com que, nos exemplares desse gênero, ocorra um conjunto de recursos microlinguísticos especializados na busca por direcionar a interpretação e sinalizar as manobras do autor na tentativa de convencê-lo, tais como conectores, operadores, modalizadores, desinências verbais e pronomes de 1ª pessoa

etc. Como marcas de superfície, esses recursos são importantes, porque sinalizam as diferentes manobras que o autor realiza ao articular as porções discursivas que compõem o artigo, manobras que exercem papel fundamental nas estratégias de defesa de um dado ponto de vista e que dizem respeito à maneira como o autor escolheu fazer a gestão do processo de negociação.

A combinação dessas informações hierárquicas, referenciais e lexicais permite compreender que os conectores, como marcas de superfície, ajudam o articulista a sinalizar para o leitor a sua tentativa de produzir uma intervenção que seja aceita ou avaliada como satisfatória para o desenvolvimento do processo de negociação. Por isso, em artigos de opinião, o autor emprega os conectores como sinalizadores de diferentes manobras necessárias à construção de uma intervenção que atenda à restrição de completude monológica, manobras tais como tentar convencer o leitor de um dado ponto de vista, antecipar possíveis objeções ou dúvidas, rejeitar pontos de vista contrários por meio de contra-argumentos, reformular ideias, tornando-as mais claras para o leitor, etc. Em suma, os conectores, a nosso ver, dão indicações da busca do articulista por alcançar a completude monológica.

Vejamos como isso ocorre neste trecho de um artigo de opinião<sup>7</sup>.

#### Algo de errado

(01) **Além da** morte e dos impostos, (02) **como** é o caso para o resto da humanidade, (03) existe no Brasil uma terceira grande certeza: (04) obras públicas jamais são entregues no prazo. (05) **Também** podem não ser entregues nunca; (06) é comum que, (07) **uma vez** concluídas, (08) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (09) **e** sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. (10) **Mas** é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. (11) **Na verdade**, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. ((13) Esse trem bala, **aliás**, promete. (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15) **mas** o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.) (16) Nada mais natural, **assim**, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

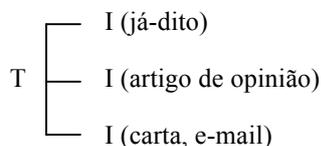
(Revista *Veja* – 27/04/2011)

Com esse artigo, o autor participa do processo de negociação, produzindo uma intervenção em que critica o anúncio feito pelo então governo federal de que as obras de nove dos treze aeroportos que serviriam a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 não seriam terminadas a tempo. Assim, o artigo constitui uma intervenção em relação a um fato anterior e, ao mesmo tempo, uma proposição em relação à qual o leitor pode reagir produzindo, por exemplo, uma carta para ser publicada na seção “Carta do leitor” ou mesmo um e-mail

---

<sup>7</sup> A numeração indica que o trecho foi segmentado em atos, e os conectores foram por nós destacados.

pessoal para o autor. Esse processo de negociação pode ser representado por meio desta estrutura de troca.



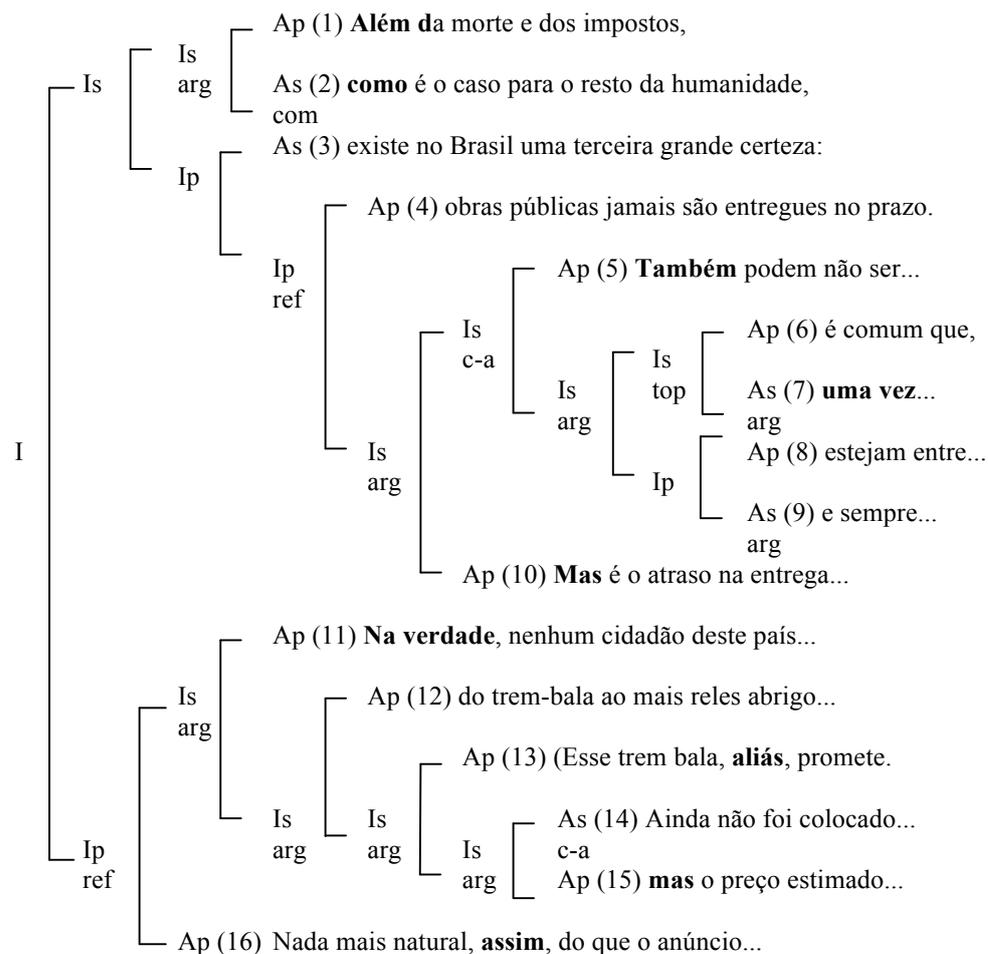
**Figura 2:** estrutura de troca

Na troca, o autor busca construir uma intervenção que possa ser aceita pelo outro como adequada para o desenvolvimento de uma negociação acerca da suposta ineficiência do governo na gestão de obras. Em outros termos, o articulista procura produzir uma intervenção que não dê margem a trocas subordinadas com função de esclarecimento<sup>8</sup>.

Para isso, o articulista produz uma intervenção complexa, a qual é resultante de manobras discursivas que têm como fim permitir ao leitor reagir a favor ou contra as ideias apresentadas. Caso se limitasse a apresentar seu ponto de vista (o governo é ineficiente na gestão de obras), sem o apoio de argumentos, comentários e contra-argumentos, o autor não poderia nutrir qualquer expectativa acerca da possível adesão do leitor a esse ponto de vista, nem mesmo da sua compreensão do texto. Por isso, o articulista é levado a expressar a ideia que defende apenas ao final do trecho considerado, no ato (16), depois de apresentar uma série de argumentos. É o que mostra a seguinte estrutura hierárquico-relacional desse texto.

---

<sup>8</sup> No gênero artigo de opinião, trocas esclarecedoras imediatas são impossíveis, já que autor e leitor não dialogam face a face. Mas o leitor poderia, em momento posterior, enviar e-mail com pedidos de esclarecimentos. Da mesma forma, o leitor/editor do jornal poderia devolver o artigo, solicitando ao articulista que desenvolva ou elimine trechos que considera confusos ou pouco claros. Em textos monológicos escritos, é possível entender que trocas como essas materializam negociações subordinadas com função de esclarecimento.



**Figura 3:** estrutura hierárquico-relacional

O último ato, o (16), é aquele em que o autor traz a informação central do trecho, segundo a qual é natural que as obras de nove dos treze aeroportos que serviriam a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 não seriam terminadas a tempo. Por isso, esse ato ocupa o nível hierárquico mais alto, já que é o ato principal de intervenções principais. No diálogo que estabelece com o leitor, o articulista poderia se limitar à proposição dessa informação. Mas, se ele assim procedesse, o leitor poderia julgar que essa proposição não atende à restrição de completude monológica, porque não seria acompanhada de argumentos que a sustentem, de objeções que enfraqueçam possíveis contra-argumentos, de explicações relativas às ideias apresentadas, etc. Essa proposição, assim, não permitiria ao leitor reagir, fazendo avançar o processo de negociação. Conseqüentemente, ele seria obrigado a abrir trocas subordinadas com função de esclarecimento.

Então, para evitar que sua proposição seja avaliada como insatisfatória para o processo de negociação, o autor é levado a anteceder seu ponto de vista por uma série de argumentos.

Na construção desses argumentos, os conectores vão exercer papel fundamental na indicação de sua busca por evidenciar que a intervenção que produz, para ele, atende à restrição de completude monológica.

Dessa forma, ele inicia o texto afirmando que, no Brasil, obras públicas jamais são entregues no prazo (ato 04). Para que o leitor fique convencido dessa afirmação, o autor a define como uma certeza tão evidente como a da morte e a dos impostos (atos 01-03). Os conectores *além de* e *como*, nos atos (01) e (02) respectivamente, têm como fim indicar ao leitor que ele deve considerar a informação de que obras públicas jamais são entregues no prazo como um pressuposto, como um fato que não pode ser colocado sob suspeita. Com esses conectores, o autor indica que o leitor deve entender o atraso na entrega das obras públicas como fatos inquestionáveis. Agindo dessa forma, o autor começa a preparar o leitor para a ideia (irônica), expressa no último ato, de que é natural que as obras de nove aeroportos não seriam terminadas até o início da Copa do Mundo de 2014.

Caso a apresentação dessas informações centrais do texto ocorresse nos primeiros atos, o leitor poderia contra-argumentar, defendendo que o atraso na entrega das obras não é um problema tão grave, se estas forem entregues, se forem bem feitas e se a verba a elas destinada for empregada de modo transparente e honesto. Antecipando-se a objeções dessa ordem, o autor, na intervenção formada pelos atos (05-09) e introduzida pelo conector *também*, apresenta outros problemas que envolvem as obras públicas, como a não realização, a má qualidade na execução e o superfaturamento: “(05) *Também* podem não ser entregues nunca; (06) é comum que, (07) *uma vez* concluídas, (08) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (09) *e* sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam.”

Introduzindo a intervenção (05-09), o conector *também* constitui um sinal explícito de que o articulista traz informações que possam funcionar como argumentos para enfrentar possíveis objeções do leitor. Nesse sentido, esse conector atua como um sinal da busca do autor por produzir um artigo que, atendendo à restrição de completude monológica, possa ser avaliado pelo leitor como adequado para o processo de negociação.

Porém, o objetivo do autor, como esse artigo, não é criticar a execução de todas as obras do governo federal, mas apenas ou principalmente o atraso na entrega dos aeroportos, crítica que, como já dito, será feita apenas ao final do texto, no ato (16). Por isso, o autor subordina os problemas apresentados na intervenção (05-09) ao ato (10), em que defende: “*Mas* é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras”.

Nesse ato, o conector *mas* evidencia claramente a tentativa do autor de convencer o leitor de que o problema mais grave envolvendo a gestão de obras públicas é o atraso na sua entrega. Nota-se que o articulista traz esse contra-argumento para que o leitor não tenha dúvidas (e, se possível, não discorde) da gravidade que é o atraso na entrega de obras públicas. Assim, mais do que uma simples marca explicitando uma relação de contra-argumento ou indicando o estatuto principal da intervenção que introduz, o *mas* funciona como um sinal da busca do autor por construir uma intervenção que deixe bem claro o quão grave é o atraso na entrega dessas obras.

A partir do ato (11), o articulista propõe uma releitura dos dez primeiros atos, ao dizer: “(11) *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo”. Com esse ato, ele reforça a ideia já defendida de que as obras públicas jamais são entregues no prazo, ideia expressa no ato (04), mas, ao mesmo tempo, impõe uma mudança de perspectiva enunciativa. Se, antes, ele não havia especificado os leitores a quem direciona seus argumentos, agora ele redefine ou reformula sua postura, informando que seus argumentos se dirigem não a qualquer leitor, mas apenas aos cidadãos deste país. Do ponto de vista argumentativo, esse recurso é bastante interessante, porque força o leitor a concordar com o autor, se quiser fazer parte da categoria dos cidadãos deste país. Afinal, defende o autor que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo. Então, se o leitor concorda com o ponto de vista o autor, é cidadão. Se não concorda, não é cidadão.

Essa mudança de perspectiva é sinalizada pela expressão conectiva *na verdade*. Por meio dela, o autor indica ao leitor que vai modificar o estado de informação fornecido pelo contexto esquerdo, por meio da introdução de um ponto de vista com estatuto de fato novo. A novidade introduzida é, como vimos, a especificação dos leitores a quem os argumentos se dirigem ou para os quais esses argumentos devem fazer sentido. É com os cidadãos que o articulista dialoga. É com eles que estabelece um processo de negociação. Nessa perspectiva, o emprego do conector funciona como um sinal bastante relevante das propriedades situacionais da interação, porque ele explicita uma manobra realizada pelo autor para especificar qual deve ser o status social assumido pelo leitor.

Portanto, objeções ou pedidos de esclarecimentos por parte daqueles que discordam do autor e que são favoráveis ao governo não serão ouvidos ou considerados pertinentes para a abertura de trocas subordinadas com função de esclarecimento. Assim, a intervenção introduzida por *na verdade* bloqueia discussões motivadas por outros pontos de vista. É como

se o autor dissesse: “Se você, leitor, discorda de mim e é favorável ao governo, então você não é meu interlocutor, porque não pode ser considerado um cidadão”.

Porque a intervenção introduzida por *na verdade* promove uma mudança de perspectiva, ela deve ser entendida como sendo mais importante para o processo de negociação do que a intervenção formada pelos dez primeiros atos. Por isso, ela tem o estatuto de principal.

Na Ip (11-16), o autor faz menção ao trem-bala no ato (12). Essa menção o leva a introduzir uma intervenção subordinada a esse ato, a qual é formada pelos atos (13-15): “((13) Esse trem bala, *aliás*, promete. (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15) *mas* o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.)” Reforçando para o leitor a ideia de que as obras públicas não são entregues no prazo e são superfaturadas, o autor fornece nesses atos um exemplo para comprovar a informação, dada em (11), de que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.

É importante chamar a atenção para o fato de que essa intervenção ocorre entre parênteses e é introduzida pelo conector *aliás*. Como sinais de pontuação, os parênteses, entre outras funções, atuam como “hierarquizadores discursivos” (DAHLET, 2006, p. 179), indicando que o segmento que cercam funciona como argumento suplementar, exemplo ou comentário para as informações que o antecedem. É o que ocorre na intervenção formada por (13-15). Nesse segmento, o autor toma o trem-bala, mencionado em (12), como um exemplo concreto de que as obras do governo nunca ficam prontas no prazo.

Como conector argumentativo, o *aliás* indica que o segmento por ele introduzido traz uma digressão em relação às informações dadas no segmento anterior (LUSCHER, 1994). Promovendo uma aparente mudança de tópico, esse conector indica que o argumento que traz constitui uma prova suplementar em relação ao cotexto, prova que não deve ser considerada necessária ou fundamental para a argumentação construída, já que outras provas poderiam igualmente ser apresentadas (MAINGUENEAU, 1997). Esse é o funcionamento do *aliás* que encabeça a intervenção (13-15). Nela o articulista menciona o atraso e o superfaturamento das obras de construção do trem-bala para dar ao leitor apenas um exemplo ou uma prova das várias obras do governo que, segundo o autor, não são geridas de forma eficaz e competente.

O emprego conjunto do *aliás* e dos parênteses no trecho considerado permite ao articulista fazer da intervenção (13-15) uma peça importante no processo de negociação que instaura com o leitor. Até o ato (12), ainda poderia haver dúvidas por parte do leitor quanto à ineficácia do governo na gestão de obras, já que, até esse ato, nenhum exemplo concreto havia

sido fornecido pelo autor. Para garantir que essas dúvidas sejam eliminadas de vez, ele fornece, então, o exemplo de que o leitor tem necessidade, mas apresenta esse exemplo entre parênteses e o marca com *aliás*. Com esses recursos, o autor consegue criar o efeito de que os exemplos disponíveis de má gestão de obras públicas são tantos que o trem-bala é apenas mais um e de que esse exemplo nem é tão necessário, já que ele dialoga com o cidadão deste país, ou seja, com alguém que sabe que nenhuma obra feita pelo governo pode ficar pronta no prazo (ato 11).

É somente depois de realizar todas essas manobras que o autor se sente seguro para dizer, no ato (16): “Nada mais natural, *assim*, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014”. Não por acaso, o autor emprega nesse ato o conector *assim*, indicando ao leitor que todas as informações dadas de (11) a (15) devem ser entendidas como argumentos empregados para convencê-lo de que é natural o anúncio do atraso na entrega das obras dos aeroportos. Esse conector funciona, então, como um sinal dado ao leitor de que, com o ato (16), ele conclui a proposição ou a primeira fase do processo de negociação e de que, a partir desse momento, o leitor pode reagir da forma como preferir, por meio de carta, de e-mail, etc, desenvolvendo o processo de negociação.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, nosso objetivo foi apresentar uma abordagem dos conectores como sinalizadores da forma como os interactantes desenvolvem o processo de negociação discursiva. Para isso, apresentamos, inicialmente, o modo como o Modelo de Análise Modular do Discurso estuda os conectores na forma de organização relacional. Nessa apresentação, fizemos ressalvas à maneira como os conectores são entendidos nesse modelo, que os considera sob um prisma instrucional ou procedural. Em seguida, apresentamos uma proposta alternativa para entender o funcionamento dos conectores no quadro do próprio modelo modular.

Na perspectiva que propusemos, ganha destaque a noção de processo de negociação, oriunda do módulo hierárquico. Nessa perspectiva, os conectores trazem indicações sobre a gestão do desenvolvimento do processo de negociação. Os conectores, então, teriam um papel não somente na marcação das relações de discurso e na indicação do estatuto do constituinte textual que introduzem, como proposto pelo modelo modular. A sua função mais importante seria a indicação das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada a

mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação. Os conectores seriam, assim, sinais importantes da gestão do processo de negociação. Afinal, eles sinalizam as manobras que o produtor do discurso realiza para alcançar a completude monológica, para fazer com que a intervenção que produz seja avaliada pelo outro como satisfatória para contribuir com o processo de negociação.

Com essa abordagem, mantemos os postulados básicos do modelo modular, segundo os quais o estudo das relações de discurso e de sua eventual marcação por conectores se faz por meio da combinação de informações hierárquicas, referenciais e lexicais, no interior da forma de organização relacional. Mas buscamos imprimir a esse estudo uma perspectiva cognitivo-interacionista, mais de acordo com as bases epistemológicas do modelo (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, MARINHO, 2004).

O alcance e a aplicabilidade de nossa proposta foram verificados com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião. Com esse estudo, vimos que a proposta delineada, de fato, permite uma análise que não se reduz a uma identificação estéril e mecanicista de relações discursivas, de hierarquias textuais e de instruções inferenciais ligadas aos conectores. A análise se concentra principalmente em fazer emergir, por meio do estudo das manobras discursivas e dos conectores escolhidos para sinalizá-las, o jogo que se instaura entre os interlocutores ao conduzirem a gestão do processo de negociação.

## Referências

- BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 215-246, 1983.
- CUNHA, G. X. A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais. *Alfa*, v. 54, p. 203-222, 2010.
- CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 14, p. 73-97, 2012.
- CUNHA, G. X. *A construção da narrativa em reportagens*. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CUNHA, G. X. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.
- DAHLET, V. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

FILLIETTAZ, L. Négociation, textualisation et action: le concept de négociation dans le modèle genevois de l'organisation du discours. In: GROSJEAN, M.; MONDADA, L. (Org.) *La négociation au travail*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2004, p. 69-96.

LUSCHER, J. M. Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation. In: MOESCHLER, J. (Org.) *Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1994, p. 175-227.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARINHO, J. H. C. *O funcionamento discursivo do item "onde": uma abordagem modular*. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*, v. 16. p. 75-100. 2004.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROSSARI, C. Les relations de discours: approches rhétoriques, approches pragmatiques et approches sémantiques. *Verbum*, n. 1. 2001, p. 59-72.

ROULET, E. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003, p. 149-178.

ROULET, E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K (Ed.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 115-131.

ROULET, E. et al. *L'Articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

Artigo recebido em: 15.11.2014

Artigo aceito em: 15.04.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015